



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JÚLIA SAMAHRA SANTOS DE OLIVEIRA

Entre o sertão e a Companhia:

Uma análise sobre a relação entre o povo Tarairiú e neerlandeses durante a dominação
neerlandesa nas Capitanias do Norte (1630-1654).

Recife

2024

JÚLIA SAMAHRA SANTOS DE OLIVEIRA

Entre o sertão e a Companhia:

Uma análise sobre a relação entre o povo Tarairiú e neerlandeses durante a dominação neerlandesa nas Capitanias do Norte (1630-1654).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda.

Recife

2024

TERMO DE APROVAÇÃO

JÚLIA SAMAHRA SANTOS DE OLIVEIRA

Entre o sertão e a Companhia:

Uma análise sobre a relação entre o povo Tarairiú e neerlandeses durante a dominação neerlandesa nas Capitanias do Norte (1630-1654).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC II e obtenção do grau de Licenciado em História.

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Licenciatura em História

Prof.a Dr.a Mariana de Albuquerque Dantas (Avaliadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Licenciatura em História

Ms. Lucas de Lima Silva (Avaliador externo)
Prefeitura da Cidade do Recife

Recife, fevereiro de 2024

SUMÁRIO

Resumo	4
Introdução	5
Povos tapuias dos sertões: descrições e narrativas	6
Tarairius de Janduí e o delineamento das relações	9
Considerações finais	15
Bibliografia	16
Anexo I	20

Entre o sertão e a Companhia: Uma análise sobre a relação entre o povo Tarairiú e neerlandeses durante a dominação neerlandesa nas Capitanias do Norte (1630-1654)

Between the hinterland and the Company: An analysis of the relationship between the Tarairiú and the Dutch during Dutch rule in the Northern Captaincies (1630-1654)

Júlia Samahra Santos de Oliveira¹

Resumo

O presente trabalho busca analisar as complexas situações de contato e relações construídas entre tapuias e neerlandeses durante os anos de 1630 a 1654, recorte temporal referente à parte da dominação holandesa nas Capitanias do Norte do Brasil. A princípio, o ensaio traz uma contextualização historiográfica dos estudos realizados sobre os povos indígenas ao longo do tempo. Posteriormente, o trabalho traz a análise crítica das fontes e narrativas que tratam sobre os povos tapuias, entendendo que tais escritos, feitos majoritariamente por neerlandeses, eram imbuídos de visões pejorativas e preconceitos para com tais indivíduos. Os neerlandeses, como outros europeus, construíam justificativas para a suposta civilização destes em suas narrativas. Em um terceiro momento o trabalho delinea de forma cronológica os principais momentos de contato e a forja de alianças entre neerlandeses e tapuias, buscando entender as perspectivas e interesses destes últimos dentro da complexa esfera colonial.

Palavras-chave: Neerlandeses; Indígenas; tapuias; Brasil colonial; Alianças.

Abstract

This paper seeks to analyze the complex situations of contact and relations established between the tapuias and the Dutch during the years 1630 to 1654, a period that refers to the Dutch domination of the captaincies of northern Brazil. The essay begins with a historiographical contextualization of the studies carried out on indigenous peoples over time. It then critically analyzes the sources and narratives dealing with the tapuias peoples, understanding that these writings, mostly by Dutchmen, were imbued with pejorative views and prejudices against them. The Dutch, like other Europeans, constructed justifications for their civilization in their narratives. In a third section, the work chronologically outlines the main moments of contact and alliance building between the Dutch and the tapuias. It seeks to understand the perspectives and interests of the latter within the complex colonial sphere.

Keywords: Dutch; Indians; tapuias; Colonial Brazil; Alliances.

¹ Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE. E-mail: samahraoliveira1605@gmail.com

Introdução

As invasões europeias ocorridas entre os séculos XVI e XVII foram marcadas pela violência e pelos impactos gerados nas dinâmicas existentes entre os povos nativos que habitavam desde as regiões litorâneas até os sertões da América portuguesa. As relações entre os povos e as conexões forjadas entre estes e os europeus fizeram parte de todo o processo de colonização, sendo muitas vezes definitivas na implementação de projetos coloniais. No entanto, tal situação de contato foi observada pela historiografia, ao longo de muitos anos, a partir de uma perspectiva eurocêntrica, a qual reservava aos nativos um lugar de submissão diante dos europeus (Almeida, 2010, p.14). Durante muito tempo, os indígenas ocuparam um lugar secundário na história, ora aparecendo enquanto aliados, não possuindo interesses próprios e estando ingenuamente à disposição dos europeus, ora enquanto inimigos, os quais eram facilmente vencidos, haja vista o poder militar dos estrangeiros. Aos povos indígenas também foi reservado o passado (Almeida, 2010, p.17). Teorias históricas e antropológicas que perduraram até a segunda metade do século XX acreditavam que estes haviam passado por um processo de aculturação, tendo em vista que a cultura era considerada algo fixo e imutável. Aculturados, os indígenas passaram a ser gradualmente assimilados às massas da sociedade brasileira, perdendo suas identidades e desgarrando-se de suas raízes (Almeida, 2010, p.16).

A partir do século XX houve o desenvolvimento da história social dentro da historiografia, a qual partiria da reinterpretação das fontes a fim de compreender a história a partir da perspectiva dos menos favorecidos². Foi dentro de um contexto de releituras e revisitações a fontes sobre a história do Brasil que se notou a necessidade da reescrita de uma história onde os povos originários necessitavam estar inseridos, tendo em vista a sua constante atuação desde a primeira invasão europeia. A partir da interdisciplinaridade entre história e antropologia os novos estudos passaram a encarar os povos indígenas como sujeitos atuantes que buscavam atingir objetivos próprios e garantir determinados direitos e aspirações individuais e coletivas a partir das relações estabelecidas com os europeus, mesmo inseridos em um contexto de condições limitadas e opressivas (Almeida, 2010, p.86).

Nesse contexto, assim como estabeleceram conexões com portugueses e franceses, os povos indígenas também desenvolveram relações dinâmicas com os neerlandeses durante a

² Um dos historiadores mais conhecidos que trata sobre a “história vista de baixo” é E. P. Thompson, o qual em obras como “Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional” (1980) dá ênfase a esta perspectiva.

invasão destes às Capitânicas do Norte do Brasil no século XVII, sendo cruciais para a permanência dos neerlandeses nesta região. Estes últimos dependeram largamente das relações com os nativos para o estabelecimento de seu poder e expansão no nordeste do Brasil durante os anos de 1630 e 1654.

Hodiernamente é possível identificar uma série de estudos, artigos e traduções que evidenciam as relações entre os neerlandeses e os indígenas, como é o caso dos ensaios de Pedro Souto Maior (1913), Ernest van den Boogaart (2000), José Antônio Gonsalves de Mello (2001), Mark Meuwese (2003, 2011, 2012, 2014), entre outros. No entanto, ainda são escassos os estudos que tratam de forma mais específica as alianças entre os neerlandeses e os povos tapuias - povos habitantes dos sertões considerados “bárbaros” a partir de uma construção colonial antônima aos povos da costa, os tupis. Ainda no que diz respeito a tais povos, o historiador Pedro Puntoni aponta que o termo “tapuia”, “não poderia ser compreendido como um etnônimo, mas sim como uma noção historicamente construída” (Puntoni, 2002, p.68) e é, portanto, uma categoria colonial. Tendo em vista que as conexões entre estes povos e os neerlandeses foram tão dinâmicas e complexas quanto as relações com os povos considerados tupis, há a necessidade de se debruçar sobre as fontes a fim de conseguir compreender de forma mais estruturada estes nexos, e, sobretudo, entender quais eram as perspectivas e interesses desses indígenas tapuias em tal contexto.

O presente trabalho busca, portanto, analisar as relações entre os indígenas tapuias e os neerlandeses durante as Guerras do Açúcar no Brasil (1630-1654). O artigo fará tal análise tanto a partir do viés de uma história social quanto a partir do viés político, a fim de analisar os entrelaçamentos da política colonial e o forjamento das alianças entre tapuias e neerlandeses, buscando depreender e destacar as ações e anseios políticos dos primeiros. Nesse viés, alguns conceitos mais importantes para a análise serão baseados na bibliografia lida.

Povos tapuias dos sertões: descrições e narrativas

A relação entre os povos tapuias habitantes dos sertões³ e os europeus precedem a presença neerlandesa no Brasil. Fontes do século XVI, como o “Tratado descritivo do Brasil em 1587”, de Gabriel Soares de Sousa, já descreviam estes povos em oposição àqueles

³ Os sertões no mundo colonial eram entendidos como os espaços ainda não preenchidos pela colonização. “território do vazio, domínio do desconhecido e, por isso mesmo, reino da barbárie e da selvageria.” Estes espaços poderiam, no entanto, deixar de serem sertões à medida que fossem preenchidos pela colonização e submetidos às duas principais instâncias de poder: a Igreja e o Estado (Pompa, 2001, p.227).

indígenas que habitavam os litorais, diferenciando-os a partir não somente da localização espacial, como também a partir dos seus códigos linguísticos e comportamentos. A diversidade de línguas encontradas nos sertões⁴ foi posta em oposição à “língua geral”, sistematizada e difundida pelos jesuítas entre os Tupi da costa brasileira. Também eram opostos os comportamentos entre estas duas esferas generalizadas, pois à medida que os tupis permitiam-se aldear e possuíam contato mais estreito com os portugueses, sendo, portanto, mais conhecidos e descritos, os tapuias eram vistos como povos nômades, de difícil contato, arredios e selvagens.

Mesmo tendo acesso a informações que tratavam a respeito dos povos indígenas e das diferentes perspectivas a respeito das alianças com estes antes da invasão a Pernambuco, a primeira menção aos tapuias em documentos holandeses é datada de 1628 e está presente na “Declaração de Gaspar Paraupaba”. Trata-se de uma descrição do território das capitânicas do Norte feita pelos indígenas da Baía da Traição que haviam ido para os Países Baixos, em 1625. Ao citar os povos aliados aos Potiguara, os tapuias são mencionados como “também inimigos dos portugueses, mas que correm diante do inimigo”⁵, sendo possível a interpretação de que estes povos poderiam vir a ser aliados.

Após a invasão neerlandesa em Pernambuco, e durante todo seu tempo de domínio, é possível perceber nos relatos e descrições a continuidade dos ideais que atribuíam aos tapuias a barbárie e a selvageria. O historiador Ernst van den Boogaart (2000) traz em seu importante ensaio *Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu - 1631-1654* um apanhado sobre estes relatos que tratam sobre os tapuias, sendo a maior parte deles escritos por integrantes da Companhia das Índias Ocidentais.

O relato mais minucioso a respeito destes foi feita em 1639 por Elias Herckmans, conselheiro político que chegou ao território brasileiro, em 1635. De acordo com Boogaart, a extensa narração de Herckmans foi construída principalmente a partir de relatos de terceiros, e não por sua própria convivência. Sendo assim, ao trazer uma descrição etnográfica, física e militar dos tapuias, o conselheiro amparava-se especialmente nos relatos do militar George Gartsman e sua expedição à Cunhaú, em 1634, na narrativa do militar polonês Arciszewski sobre o contato com o povo Tarairiú no Forte Ceulen, também em 1634, e, provavelmente, na experiência de algumas pessoas que haviam vivido estes episódios ou convivido de certa forma com os tapuias (Boogaart, 2000, p.113).

⁴ Essa diversidade fica explícita nas crônicas jesuíticas: “Todas estas setenta e seis nações tapuyas que têm as mais della diferentes línguas” (Cardim apud Pompa, p.221)

⁵ No original, “*Tapouijas [are] also enemies of the Portuguese but they run from the enemy.*” (Van den Bel, Martijn M.; Françaço, Mariana, 2023, p.13).

Essa descrição feita por Herckmans foi largamente utilizada pelos cronistas holandeses que o sucederam (Pompa, 2001, p.243). Nela o conselheiro também narrava práticas do povo Tarairiú como o casamento, os movimentos migratórios e os rituais antropofágicos. Entretanto, apesar de trazer detalhes minuciosos sobre este povo, o texto de Herckmans enfatiza a ideia de selvageria e monstruosidade dos tapuias ao descrever os rituais antropofágicos, ao destacar a velocidade em que estes corriam, a quantidade de comida que comiam, entre outras características negativas ou que imprimiam uma marca de animalidade (Pompa, 2001, p.244).

Seguindo um caráter cronológico tem-se os escritos de Gaspar Barléu, o qual, ao ser contratado para descrever, a partir de documentos da Companhia, o governo de Maurício de Nassau na obra “História das atividades recentes no Brasil e em outros lugares durante um período de oito anos sob o governo do conde Johan Maurits”, trouxe informações sobre os Tarairiú principalmente baseadas nas vivências de Jacob Rabbi⁶ e Roulox Baro.⁷ Assim como Herckmans, Barléu não possuía contato direto com os tapuias e sua descrição sobre estes foi a partir da perspectiva de terceiros (Van den Bel; França, 2023, p.181).

Por último, destaca-se a crônica de viagem de Roulox Baro, que diferentemente das duas anteriormente citadas, foi escrita a partir da própria vivência de Baro, o qual foi enviado pela Companhia para entrar em contato com os Tarairiú de Janduí, e narra, em seu texto, a sua ida e o contato com este povo. Os escritos de Baro, assim como os outros, também reiteram o caráter selvagem dos povos tapuias (Boogaart 1979, p.119). Além de tais descrições, as pinturas de Zacharias Wagner e de Albert Eckhout materializam como estes tapuias eram vistos por tais europeus. As obras de Eckhout deixam evidente a dicotomia entre tupis e tapuias, sendo os tupis representados carregando alguns objetos manufaturados, indício de produção cultural e aproximação da civilização, enquanto a mulher tapuia é representada carregando uma cesta com partes humanas (Pompa, 2001, p.249).

É importante destacar que todas essas narrativas que se propunham a descrever os costumes e cotidiano dos povos tapuias não partiam de um interesse genuíno em conhecer estes indivíduos e suas principais características. Ao contrário, a noção de barbárie reiterada por todas estas fontes evidencia o preconceito e a construção de estereótipos, os quais serviam para justificar a dominação (Galindo, 2004, p.31).

⁶ “Diretor” dos tapuias no ano de 1642. O texto de Rabbi, no entanto, nunca foi encontrado. Tem-se apenas o texto publicado a partir de Barleus.

⁷ Diretor dos tapuias, sucessor de Jacob Rabbi.

Ademais, a partir da análise minuciosa destas fontes produzidas durante o domínio neerlandês, é possível perceber uma intensa menção ao povo Tarairiú habitante do Rio Grande e governado pela liderança Janduí.⁸ Apesar de haver menções a outros tapuias como os “tapuias do Maranhão” (De Laet, 1635, p.86), a relação e construção de alianças e acordos entre os neerlandeses e os Tarairiú foi a mais descrita, e, portanto, aqui interpretada como a mais importante, entre os anos de 1630 e 1654.

Para a definição de quem era o povo Tarairiú e onde habitavam cabe analisar as descrições feitas por Caracara, indígena irmão de Janduí, que sendo interrogado por Arciszewski forneceu valiosas informações. Segundo ele, seu povo era chamado pelos tupis e pelos seus vizinhos tapuias de “Tararyuck”; ocupavam uma extensão de terras demarcada por cinco rios: Ociunon (Wararugi para os tupis), Quoouguh, Oaloro, Upanema e Woroigh; e seu território contava com a presença de duas salinas chamadas Carawaretama e duas montanhas: Cowoyry (Moytyapoa, em tupi) e Pookiciabo (Pepetama, em tupi). Esta última, por sua vez, era próxima ao Rio Grande e da Baía da Traição. O território estendia-se desde o Rio Grande até o Ceará. Além disso, Caracara informou também as nações aliadas a Janduí: Aciki (Arykeumas, em tupi), Juckeryjou, Ocioneiou (Kereyjou, em tupi), Pajoke, e Aponoryjou; e as inimigas: Jenho, Woyana, Cariry, e Cariry assú, tendo as três últimas lutado ao lado dos portugueses contra os holandeses (De Laet, 1634, p.35-36).

Os Tarairiú de Janduí e o delineamento das relações

Assim como já fora mencionado, o conhecimento a respeito dos povos tapuias, precedeu a chegada dos neerlandeses na Capitania de Pernambuco. O contato entre os Tarairiú e holandeses iniciou-se em 1631, com a chegada de um indígena à Olinda, local onde a Companhia das Índias Ocidentais instalou inicialmente sua sede. Janduí, chefe indígena, e seu irmão Oquenou, havia enviado o tapuia para informar à Companhia o interesse de forjar uma aliança com os “tapotingas”.⁹ Após um conselho de guerra, ficou decidido que o indígena juntamente com outros indivíduos partiriam para o Rio Grande e Ceará na embarcação *Niew-Nederlant*, com o intuito de estabelecer alianças com os povos tapuias dessas regiões. Dentre esses indivíduos encontravam-se Elbert Smient, comandante neerlandês responsável pela expedição, Samuel Cohen, o tapuia que havia ido até Olinda e

⁸ Janduí também aparece nas fontes e bibliografias como “Nhanduí” (Boogaart; Meuwese) ou “Jandovi” (De Laet).

⁹ Nome utilizado pelos tapuias para se referir aos neerlandeses.

alguns dos indígenas que haviam morado nos Países Baixos.¹⁰ Entende-se que o contato feito entre os Tarairiú e os holandeses ocorria mediante intermediação destes “intérpretes” indígenas, tendo em vista que eles haviam aprendido a língua holandesa. A compreensão destes sobre a língua dos tarairiú, no entanto, era bastante limitada de acordo com De Laet (1919, p.35), dificultando de certa forma o entendimento em alguns momentos.

Além das dificuldades linguísticas, é possível observar, entre os anos de 1631 e 1633, uma série de desencontros causados, em certa medida, pelas dificuldades encontradas no próprio caminho. A falha na expedição de 1631 é um exemplo claro disso. A segunda tentativa de aliança ocorreu em 14 de março de 1633, quando o tapuia Maraca Potura, o qual de acordo com De Laet já tinha entrado em contato com a Companhia, buscou novamente os neerlandeses com o intuito de “esforçar-se por fazer aliança com os nossos, oferecendo, além disso, todo auxílio e assistência contra os portugueses” (De Laet, 1916, p.297). Como resposta, em 17 de abril foi enviada uma embarcação com este e outros dois indígenas para o Rio Grande. Esta segunda expedição, no entanto, também não obteve êxito.

Esses anos iniciais foram marcados pela dificuldade na formação de alianças, mas através de tais encontros é possível destacar duas características importantes nas dinâmicas de contato entre neerlandeses e tapuias. A primeira delas é como esse contato era feito. A análise das fontes permite perceber que entre os anos de 1631 e 1654 era intensa a ida e vinda de tapuias do Rio Grande até Pernambuco, e da mesma forma de intérpretes indígenas e membros da Companhia indo de Pernambuco até o Rio Grande. A segunda, e ainda mais importante característica é o fato de o interesse em firmar alianças partir majoritariamente dos próprios tapuias que iam até a Companhia a mando de sua liderança.

A partir do ano de 1634 as alianças começaram a firmar-se. O referido ano foi marcado por uma série de episódios de grande relevância entre os Tarairiú e neerlandeses. De acordo com De Laet, Janduí havia enviado ainda em 1633 dois emissários tapuias - Jansepretin¹¹ e outro cujo nome não é mencionado - à Companhia para acordar sobre uma expedição ao território do Rio Grande. Esta missão, no entanto, não deu certo, pois um dos indígenas foi assassinado e Jansepretin acabou não indo até Janduí. Em dezembro de 1633, o indígena presenciou a conquista do Forte Reis Magos, no Rio Grande, feita pelos neerlandeses comandados por George Gartsman, mesmo sem o auxílio dos tapuias.

¹⁰ De Laet menciona “os indios Marcial, Andries Tacon, Ararova e Francisco Matauwe” (De Laet, 1916, p.223)

¹¹ De Laet descreve Jansepretin - ou Jansen Pretinger - como tapuia, Meuwese, por sua vez, põe em questão se este era de fato tapuia ou não, pois de acordo com o autor algumas correspondências o descrevem como “brasiliano” (Meuwese 2003, p.100).

Após a conquista, Jansenpretin foi ao encontro de Janduí, a mando de Gartsman, com o intuito de relatar a conquista do forte e chamar o povo Tarairiú para mais perto do local recém conquistado pelos neerlandeses. Em fevereiro de 1634 Jansepretin retornou não somente com o próprio Janduí, mas com cerca de 1.500 tarairius, sendo 300 deles considerados “guerreiros”. Como forma de respeito, ambas as lideranças, Gartsman e Janduí, ordenaram a manifestação de rituais diplomáticos, onde de um lado os neerlandeses dispararam dois canhões e tocaram trompetes, e de outro os indígenas atiraram suas flechas, cantaram e dançaram. Após as homenagens, os tapuias não se demoraram a ir para os matos próximos ao forte a fim de “causar damno aos Portuguezes e pela pilhagem que era o seu fim principal” (De Laet, 1919, p.9), evidenciando assim alguns dos seus principais interesses: pilhagens e hostilidades contra seus inimigos portugueses. Além disso, a ida de mais de mil tapuias para um forte que acabara de ser retirado da posse dos portugueses deixa evidente o posicionamento que estes indivíduos estavam tomando naquele momento.

Após tal ocorrido, entre os meses de março e junho de 1634, os Tarairiu de Janduí participaram de duas expedições junto aos neerlandeses. A primeira delas foi direcionada para Cunhaú e a outra para a barra de Cunhaú (De Laet, 1633). O ataque a Cunhaú aconteceu em 9 de março de 1634, e contou com a presença de 29 soldados da Companhia das Índias Ocidentais e 160 guerreiros Tarairiú (Meuwese, 2003, p.102). Apesar do sucesso de ambas as expedições, a participação dos Tarairiú nessas empreitadas revelou algumas discordâncias e problemáticas que influenciaram na relação entre esses e os neerlandeses. As principais discordâncias diziam respeito ao estranhamento em relação aos rituais noturnos dos indígenas, os quais foram tratados pelos neerlandeses como rituais do mal; e a forma como estes lutavam e enfrentavam o inimigo. Servaes Carpentier, conselheiro político do governo neerlandês no Brasil, em correspondência escrita aos Senhores XIX, destacou a crueldade dos Tarairiú afirmando que em Cunhaú, eles mataram mulheres e crianças que nem sequer estavam lutando (Meuwese, 2003, p.103). Essa visão etnocêntrica sobre as práticas e costumes dos tapuias, e dos indígenas no geral, repetiu-se ao longo de todas as narrativas construídas sobre estes povos durante a história do Brasil, servindo especialmente como justificativa para a colonização e subjugação destes (Galindo, 2004, p.31).

Esta forma de lidar com o inimigo é mais uma vez destacada ainda no ano de 1634, quando o Alto Secreto Conselho, responsável pela Companhia, discorreu em correspondência endereçada aos Senhores XIX que os Tarairiu “não são pessoas que podem ser trazidas para a civilização, ou residir num país entre outras nações, nem se estabelecer e viver de seu trabalho” (Meuwese, 2003, p.109). Estes “estranhamentos” deixam evidente a manutenção de

práticas por parte dos indígenas, manutenção esta reveladora da conservação de diferenças responsáveis pela preservação de fronteiras étnicas diante da situação de contato (Barth, 2000, p.34). Tais manutenções também induzem a interpretação de que ser considerado selvagem e bárbaro por parte dos europeus também era importante para os indígenas para que houvesse a manutenção de uma fronteira física, um limite espacial entre o mundo colonial e as suas terras.

Após tais investidas a Cunhaú, Janduí retornou às suas terras e “dando todas as provas de amizade” deixou seu filho, seu irmão Caracara e um outro indígena, possivelmente também Tarairiú, e levou com ele alguns soldados holandeses. Esta era uma prática recorrente que deixava claro o firmamento dessas alianças e auxiliava na comunicação. Em junho de 1634, após receber a aprovação dos Senhores XIX para o estabelecimento de novas alianças com os Tarairiú do Rio Grande, o comandante Gartsman mandou alguns indígenas e o “jovem Jandovi”, filho de Janduí, ao encontro do seu pai para relatar o ocorrido. A liderança o despachou novamente, desta vez acompanhado de mais 10 tapuias e o Tarairiú Copun, genro de Beretyawa/Weletyawa,¹² para avisar ao comandante que este “estava ocupado em tratar com alguns outros tapuyas, para chamá-los para a nossa aliança, e logo que o conseguisse viria com mais força para bater os Portuguezes juntamente com os nossos” (De Laet, 1919, p.33). Esse fato evidencia mais um aspecto crucial para o entendimento destas relações dinâmicas e complexas. Para atingir o seu objetivo de lutar contra os portugueses, Janduí estava preocupado não somente em se aliar aos neerlandeses, mas também em forjar alianças com outros povos, estabelecendo com eles e os neerlandeses uma força suficiente para “bater os portugueses”.

O contato com outros povos também fica implícito em uma correspondência, possivelmente escrita na língua Tarairiú e enviada para Janduí por meio de Antônio Paraupaba, na qual o Conselho pedia para que Janduí entrasse em contato com outros caciques para se aliarem aos neerlandeses. Tal pedido deixa margem para a interpretação de que, possivelmente, esta prática não era incomum por parte do líder Tarairiú. Além disso, a correspondência também falava dos planos de invasão à Paraíba e pedia para que o chefe tapuia informasse previamente o que o seu povo iria querer como recompensa, para que assim os neerlandeses preparassem o pedido previamente, pois estes “não gostam de saber que elle e o seu povo não partiram satisfeitos do Rio Grande” (De Laet, 1919, p.37). A carta, traduzida por De Laet para o holandês e presente nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de

¹² Descrito por Caracara como chefe de uma parte dos Tarairiú, era sobrinho de Janduí e “principal capitão” (De Laet, 1919, p.33). Em De Laet este também o menciona como “chefe da mocidade”.

Janeiro em português, evidencia tanto mais uma forma de contato com os Tarairiú, a correspondência escrita, quanto a preocupação da Companhia em agradá-los. Isso ocorria tendo em vista a importância destes indígenas na luta contra os portugueses, pois além da disposição que tinham para lutar contra um inimigo em comum, estes, segundo os neerlandeses serviam para meter “medo no inimigo” (FJH, DN, 04/02/1636).

No caminho, Paraupaba encontrou Commendaoura, filho da irmã de Janduí, “a qual era tão considerada pelos Tapuias como o próprio Jandovi”. Sobre Commendaoura é interessante destacar a fala de De Laet que discorre: “segundo affirmavam todos os selvagens Commendaoura succederia a Jandovi no governo quando este morresse não sendo uso entre elles os filhos succederem aos pais” (De Laet, 1919, p.36). Sendo assim, possivelmente o sistema sucessório dos tarairiu era matrilinear (Pompa, 2001, p.240).

Ao mesmo tempo em que Paraupaba se dirigiu ao Rio Grande, estavam no Recife alguns tapuias, dentre eles Caracara, que sendo interrogado pelo Capitão Arciszewski, forneceu as informações territoriais já supracitadas. O que cabe destacar é que ao tratar sobre o território que pertencia aos Tarairiú, De Laet afirma “de sorte que as suas terras devem se estender muito longe e provavelmente até o Ceará, ao qual se julgam com direitos e desejam retomar dos portugueses” (De Laet, 1919, p.35). Desta forma, conclui-se que para além do interesse de pilhagens, os Tarairiú lutavam contra os portugueses principalmente com o intuito de retomar o território que havia sido invadido por europeus, e manter as fronteiras daqueles que ainda não havia sido conquistado, pois estes eram territórios que os pertencia. Portanto, tinham plena consciência das disputas internas entre os europeus e viam nos neerlandeses uma possibilidade de aliança para vencerem seus antigos inimigos.

No ano de 1636 as situações de contato e reafirmação de alianças entre tarairius e neerlandeses continuaram:

"Em seguida visto que havíamos sido informados pelo mencionado Senhor Gartsman que em Rio Grande Jan Duij [Nandhui] havia chegado com seus Tapuias, assim foi decidido de mandar o Senhor Gartsman de volta o mais rápido possível, levando alguns presentes que deverão ser dados aos Tapuias, em seguida o Nobre Senhor fará todo o possível para motivar os Tapuias fazendo com que eles venham se juntar à nós e nos ajudem na guerra e que o maior número possível de Tapuias venham para cá, o que é muito vital para a Companhia visto que eles e a sua reputação metem medo no inimigo." (FJH, DN, 04/02/1636)

A partir de 1639, no entanto, é possível perceber através das Atas Diárias uma sucessão de casos que mostravam a instabilidade nessas relações. A maior parte destes casos devia-se à ida anual dos Tarairiú para o litoral do Rio Grande a fim de coletar caju. Tal deslocamento ocorria de forma coletiva entre os meses de novembro e janeiro, época em que

o fruto chega ao seu amadurecimento, e era revelador do modo de vida dos Janduí do Rio Grande, os quais vagueavam “à maneira de nômades e não se detêm sempre em aldeamentos ou territórios fixos, mas mudam de morada conforme a quadra do ano e da facilidade de alimentação” (Barleus, 1974, p.260 *apud* Galindo, 2004, p.54).

Os relatos de neerlandeses enfatizam que nesse momento anual da coleta do caju os tapuias causavam grandes prejuízos nos engenhos e currais por onde passavam saqueando e destruindo tudo.¹³ Diante dessa instabilidade, foi instaurado em 1642 o cargo de diretor/supervisor dos tapuias, de forma similar ao “diretor dos brasileiros”, com o intuito de estabelecer um contato mais direto entre a Companhia e os Tarairiú (Boogaart, 2000, p.109). No entanto, mesmo com a presença do diretor dos tapuias, as invasões aos engenhos continuaram, como é o caso dos ataques dos Tarairiú à Cunhau e Uruaçu, ocorridos em 1645.

Neste ínterim, no ano de 1644, Maurício de Nassau retornou aos Países Baixos e com ele embarcaram alguns indígenas: 5 tupis, dentre eles Antônio Paraupaba, 4 indígenas cuja nação não é mencionada e 2 Tarairiú apontados como filhos de Janduí (Meuwese, 2003, p.174). Sendo assim, percebe-se que à medida que houve a manutenção de práticas por parte dos tapuias, os quais apesar de estarem em um contexto essencialmente colonial não deixavam de realizar seus próprios interesses pessoais e coletivos, estes possuíam ao mesmo tempo pleno conhecimento sobre as configurações coloniais, o que fica evidente na ida aos Países Baixos.

No ano de 1645, já inserido em um contexto de guerra entre neerlandeses e lusos, a Capitania do Rio Grande estava sendo atacada por estes últimos. Em meio a tais ataques foi realizado um conselho no Forte Ceulen, contando com a participação de Janduí, Antônio Paraupaba e oficiais da Companhia. O conselho tinha o objetivo de entrar num consenso sobre os próximos passos para dar fim as guerrilhas portuguesas no Rio Grande. A aliança Tarairiu-Tupi não obteve sucesso, pois os primeiros continuariam realizando sua migração sazonal para a costa, onde “eles subsistiam da horticultura, da caça e da pilhagem do gado dos colonos”¹⁴. No entanto, é interessante levar em consideração tal tentativa de aliança, pois esta buscava unir, mesmo que momentaneamente, tanto os povos tapuias quanto os povos tupis em uma única aliança, haja vista as suas respectivas relevâncias no âmbito militar.

¹³ Nesse contexto é interessante destacar a menção à Janduí e seu povo da “raça tapuia” que haviam chegado do Rio Grande em 1639 a fim de construir uma aldeia. Prontamente estes foram despachados, tendo em vista que “os Escabinos destas regiões relatam que eles causam grandes prejuízos aos habitantes, de quem eles arrancam e destroem as roças”. (FJH, DN, 26/11/1639).

¹⁴ No original, “*they subsisted on horticulture, hunting, and plundering colonists’ livestock.*” (Meuwese, 2003, p.192).

Em 1646, Jacob Rabbi foi assassinado e posteriormente substituído por Roulox Baro, o qual narrou em sua crônica de viagem “Relação de viagem de Roulox Baro ao país dos tapuias” a sua ida até o povo Tarairiú de Janduí e algumas das suas vivências com este povo, reiterando em sua narração o ideal de selvageria dos povos Tapuia. É interessante destacar que na ida de Baro, os Tarairiú estavam em conflito contra os Paiacu (Baro, 1647, p.28) e por isso pediram ajuda nesta luta interna, ajuda esta que foi concedida pela Companhia. Evidencia-se assim o interesse em garantir aliados para fortalecimento em lutas próprias, e o entrelaçamento destas relações neerlandesas-tapuias e tapuias-tapuias.

No ano de 1648, cerca de 300 Tarairiú participaram da primeira batalha dos Guararapes, morrendo muitos por desintéria e os sobreviventes regressando ao Rio Grande (Boogaart, 2000, p.111). No mesmo ano, Baro foi substituído por Pieter Persjin. É possível perceber que, entre os anos de 1648 e 1652, os registros de invasão a engenhos diminuem consideravelmente nas fontes holandesas da época¹⁵. De acordo com Boogaart, em 1653, um mês antes da capitulação do Recife, os Tarairiú reafirmaram a sua lealdade para com os neerlandeses, afirmando que não fariam mais invasões às roças. A anistia presente nos termos da capitulação feita em 1654 incluía não somente os tupis, mas também os tapuias que haviam se relacionado com os holandeses. Isso evidentemente não impediu que hostilidades fossem direcionadas à tais povos posteriormente pelo poder português, mas esse é um outro capítulo da história dos povos do sertão das Capitâneas do Norte.

Considerações finais

De acordo com Pompa (2001), a ideia de sertão estava relacionada à noção de um espaço vazio que poderia vir a ser preenchido a partir da ocupação da civilização europeia. Atrelada a ideia de sertão estava a definição do tapuia: enquanto o sertão era um espaço de selvageria e barbárie ainda não preenchido pela civilidade, o tapuia era o próprio selvagem e bárbaro ainda não civilizado. A reiteração constante desta ideia servia especialmente como justificativa para a dominação e “civilização” destes povos, os quais foram postos em lugares subalternos na hierarquia social e vítimas de sucessivas violências estruturadas e orquestradas pelos europeus.

¹⁵ Provavelmente isso ocorre, pois, a partir de 1648 os neerlandeses começaram a perder o domínio sobre territórios, os quais agora estavam na posse de portugueses, não havendo mais tantas reclamações à Companhia.

No entanto, ao contrário do que a historiografia afirmava até meados do século XIX, os povos indígenas, tanto tapuias quanto tupis, buscaram agir diante de oportunidades que surgiam e brechas que se abriam dentro da malha colonial. O contato entre tapuias e neerlandeses durante os anos de 1630 e 1654 revela que apesar das limitações, as ações destes povos foram contínuas e relevantes dentro da complexidade colonial. Apropriaram-se de ferramentas coloniais e souberam se aproveitar da relevância que possuíam no campo de batalha a fim de garantir objetivos próprios. Fossem para obter pilhagens ou lutar contra um inimigo em comum, os indígenas souberam se posicionar diante dos invasores de suas terras, entendendo a trama política e se aproveitando, em certa medida, das alianças com europeus para lutar suas próprias batalhas.

Sendo assim, mesmo diante da reiteração da ideia de barbárie e selvageria, presente nas imagens e relatos da época, e das violências e limitações do mundo colonial, os tapuias estavam sempre que possível buscando negociar com os neerlandeses, e se articular com outros povos indígenas, apropriando-se inclusive da própria identidade do tapuia “bárbaro” a fim de preservar o limite espacial entre os seus sertões e a dominação da Companhia. Essas negociações e articulações precisam ser mais exploradas pela historiografia atual, pois são reveladoras das complexas ações e relações dos povos tapuias, os quais foram sumamente importantes no contexto neerlandês e em toda a história do Brasil.

Bibliografia

Fontes secundárias

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-69.

BOOGAART, Ernst van den. 'Infernal Allies. The Dutch West India Company and the Tarairiu 1631-1654'. In: Almeida, Luiz Sávio de; Galindo, Marcos; Elias, Juliana Lopes (orgs.). **Índios do Nordeste**: temas e problemas 2. Maceió: EDUFAL, 2000, p.101-128.

FRANÇOZO, Mariana; Van den BEL, Martijn. **The Tapuia of Northeastern Brazil in Dutch Sources (1628–1648)**. Série: The Early Americas: History and Culture. Volume 11. 2023.

LIMA, Marcos Galindo. 2004. **O governo das almas**: a expansão colonial no País dos Tapuias – 1651-1798. Tese de Doutorado em História, Leiden University, Leiden, Holanda, 2004.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Os tarairiús, extintos tapuias do nordeste. In: ALMEIDA, I. S. de; GALINDO, Marcos; SILVA, Edson. **Índios do nordeste**: temas e problemas. EDUFAL, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros**: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial. Recife: Tese de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Penguin classics, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MEUWESE, Mark P. ‘**For the peace and well-being of the country**’: intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664. Indiana: Tese de Doutorado da Universidade de Notre Dame, 2003.

_____. **Brothers in Arms, Partners in Trade. Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595-1674**. Leiden: Brill, 2012.

_____. The Opportunities and Limits of Ethnic Soldiering: The Tupis and the Dutch-Portuguese Struggle for the Southern Atlantic, 1630–1657. In: LEE, Wayne. **Empires and Indigenes**: Intercultural Alliance, Imperial Expansion, and Warfare in the Early Modern World. NYU Press, 2011. pp. 193-220.

_____. From Dutch Allies to Portuguese Vassals: Indigenous people in the Aftermath of Dutch Brazil. In _____. **The legacy of Dutch Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2014. cap. 3 pp. 59-76.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. DANTAS, Mariana Albuquerque; **A Government of Indigenous Peoples**: Administration, Land, and Work in the State of Brazil during the

Portuguese Empire (1548-1822). 2021. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:f9cmpsef/>>. Acesso em 06 de novembro de 2023.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores** – Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Concurso de livre docência) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, p.233, 2001.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Campinas: Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2001. p.453.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitcc - Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

Fontes primárias

Dagelijkse Notulen (DN) van den Hoogen en Secreten Raad in Brazilië (Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil). **Fundo José Hygino** (FJH) do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, anos 1635 a 1645.

BARLÉU, Gaspar, 1584-1648. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau**: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange; tradução e notas de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BARO, Moreau, sec. 17. **Relação da viagem ao país dos Tapuias** / Roulox Baro; tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória José Honório Rodrigues - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 73p. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/visaoholandesa>

Fontes para a História do Brasil Holandês: a economia açucareira. Vol.1. [Textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório: Leonardo Dantas Silva; apresentação: Dorany Sampaio – 2ª Edição – Recife: CEPE, 2004a.

Fontes para a História do Brasil Holandês: a administração da conquista. Vol.2. [Textos editados por] José Antônio Gonsalves de Mello; organização e estudo introdutório: Leonardo Dantas Silva; apresentação: Dorany Sampaio – 2ª Edição – Recife: CEPE, 2004b.

LAET, Joannes de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636.** Volume XXX. Tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912.

LAET, Joannes de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636.** Volume XXXIII. Tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1915.

LAET, Joannes de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636.** Volume XXXVIII. Tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920.

LAET, Joannes de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636.** Volume XLIII. Tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925.

Anexo I

Normas para publicação na revista Faces da História, Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/about/submissions#authorGuidelines>

A *Faces da História* publica originais e inéditos dos autores que desejam submeter seus artigos, resenhas, traduções e entrevistas para a avaliação do Conselho Editorial e dos pareceristas ad hoc, através de revisão às cegas (o modelo de avaliação *Double Blind Review*), reservando-se o direito da revista de apresentar alterações com a finalidade de adequar os trabalhos aos seus padrões editoriais. Todos os textos são submetidos à detecção de plágio pelo programa Turnitin e o percentual máximo aceitável de plágio/autoplágio é de 40%. Caso o trabalho submetido tenha sido originado de dissertação/tese, essa informação precisa estar indicada em nota de rodapé (conforme item 1.2.3) e, para se adequar à norma de 40% de plágio/autoplágio, o material deverá passar por alterações na estrutura da redação e ser complementado com novos resultados acerca da temática e da problemática abordada. As colaborações devem seguir rigorosamente as normas para a publicação da revista. O não cumprimento acarretará a devolução do trabalho ou o indeferimento do mesmo.

1. ARTIGOS:

1.1. Os artigos devem ter de 15 a 25 laudas com páginas no formato A4, em arquivos compatíveis com o Windows (formato .doc ou .docx), escritos em fonte Times News Roman tamanho 12, justificado, espaçamento de 1.5 cm entre linhas e margens esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm;

1.2. Estrutura do artigo:

1.2.1. Título: em português seguido do inglês, deve vir centralizado, negrito, fonte Times New Roman, tamanho 12 e sem caixa alta;

1.2.2. SOBRENOME, nome autor: alinhamento à direita com nota de rodapé biográfica. Inserir, logo abaixo, o link para o acesso ao registro ORCID, conforme o modelo no item 4. As informações de autoria devem seguir o modelo abaixo e enviadas em documento anexo ao texto;

Titulação e instituição, cidade e estado (siglas), titulação em andamento, programa e instituição, cidade e estado (siglas). Vínculo profissional (se houver), nome da instituição. Bolsista Agência (se houver). E-mail: email@email.com.

ATENÇÃO: As informações pessoais é um item obrigatório e não devem ser enviadas em um documento à parte. Reiteramos que os dados do autor são retirados do texto no momento da avaliação, de acordo com as normas da revisão às cegas.

EXEMPLO: Mestre em História pela Unicamp, Campinas-SP, doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Unesp/Assis, Assis-SP. Professora da Rede Pública do Estado de São Paulo. E-mail: mariasilva@email.com

1.2.3. Se o texto do artigo for proveniente de uma dissertação ou tese, o autor deve especificar esta informação na nota de rodapé que apresenta as informações de autoria, adicionando a referência da obra.

1.2.4. Resumo e *abstract*: – a incluir de três a seis palavras-chave e *keywords*, separadas por ponto e vírgula – devem contabilizar, juntos, o máximo de 300 palavras, com espaçamento simples.

1.2.5. Corpo do texto:

- Fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Espaçamento entrelinhas 1,5;
- Espaçamento entre parágrafos “depois” 0pt;
- Primeira linha do parágrafo com recuo de 1,25cm;
- Nas referências bibliográficas o espaçamento é simples e entre parágrafos “depois”0pt.
- Subtítulos: normal, sem numeração, com um espaço separando do
- Subdivisões: em negrito, sem numeração, com espaço separando do texto, sem caixa alta;
- Os títulos de obras citados no corpo do texto devem estar em itálico, sem aspas;
- Os títulos de capítulos dos livros resenhados devem estar entre aspas, sem itálico;
- Citações, se no texto, colocar entre aspas, sem itálico;
- Citações com mais de 3 linhas devem estar sem aspas;
- Interferências do autor nas citações devem estar entre colchetes;
- Supressão de texto com três pontos entre colchetes;
- Palavras e expressões estrangeiras: em itálico e sem aspas;
- Nome de instituições em itálico, sem aspas;
- Epígrafe: alinhada à direita, com recuo de 7,5 cm, em itálico, citação no sistema (Autor, data, página)
- Trecho de citação em outro idioma: inserir o texto traduzido com referência (Autor, ano, página, tradução própria) e apresentar o texto original em nota de rodapé, ex: [No original] “Une Importante Reforme de La Police au Bresil” (Autor, ano, página).

1.3. Citações:

1.3.1. As citações diretas curtas (até 3 linhas) devem estar no corpo do texto entre aspas. As citações diretas longas (mais de 3 linhas) devem estar recuadas 4,0 cm, fonte Times New Roman tamanho 10, espaçamento simples, sem aspas, separadas por espaço duplo dos parágrafos anterior e posterior. Para citações diretas utilizamos o sistema autor-data-página no corpo do texto e para citações indiretas utilizamos o autor-data ou autor-data-página – Ex:

(Silva, 2004, p.12). Caso a obra tenha dois ou três autores deve-se separar por ponto e vírgula os sobrenomes. Ex: (Silva; Souza, 2002). Se houver uma obra com vários autores coloca-se o sobrenome do primeiro autor e “et al” – Ex: (Silva et al., 2002). Caso apenas queira referenciar a obra do autor referido no texto, pode-se citar somente a data – Ex: Walter Benjamin (1985). Caso haja várias citações de um único autor e página no mesmo parágrafo pode-se optar pela referência ao final do mesmo.

1.3.2. Em caso de grifo, deve-se informar se é do autor citado ou se é do autor do artigo. Exemplo: (Silva, 2004, p. 12, grifo do autor); (Souza, 2002, p. 53, grifo nosso).

1.3.3. Outros exemplos:

Documento audiovisual: (PRIMEIRA palavra do título em caixa alta, ano)

(TERRA em transe, 1967)

Entrevista: (Nome, entrevista, dia mês. ano)

(Maria da Silva, entrevista, 20 fev. 2000)

Legislação: (PAÍS, ano, página se houver) ou (ESTADO, ano, página se houver)

(BRASIL, 1996, p. 30)

(RIO GRANDE DO SUL, 1995)

Obras Clássicas: (AUTOR, *Primeira* palavra do título da obra em itálico, nº do livro/poema [se houver], nº do parágrafo/verso [se houver])

(VIRGÍLIO, *Eneida*, IV, 431-434)

Verbetes: (TÍTULO do verbete, ano, página se houver)

(MODERNISMO, 1988, p.40)

1.4. Notas de rodapé

1.4.1. As notas, em algarismos arábicos, devem ser somente explicativas, reduzidas às informações essenciais para a compreensão do assunto. As notas de rodapé devem vir em fonte Times New Roman tamanho 10.

1.5. Imagens (fotos, mapas, pinturas, etc.), gráficos e tabelas poderão ser apresentados no corpo do texto quando forem absolutamente imprescindíveis. Devem vir acompanhados com título, centralizado e enumerado com algarismos arábicos, e fonte, centralizado, abaixo da imagem. O conteúdo adicional não poderá exceder as margens da página.

1.6. Referências

1.6.1. As obras nas Referências devem estar em ordem alfabética. Caso existam várias obras de um mesmo autor segue-se a ordem cronológica. Em caso de obras com mesmo autor e mesmo ano, distinguir com o acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data sem espaçamento. Sempre que possível indicar os dados de acesso.

1.6.2. A formatação deve seguir o padrão ABNT (veja alguns modelos abaixo), em fonte Times New Roman, tamanho 12, alinhamento do texto à esquerda e espaçamento simples entre linhas e nenhum espaçamento entre parágrafos.

1.6.3. Nas Referências devem constar apenas as obras citadas no artigo e seguir os exemplos abaixo:

Livros e Monografias:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

* Chamamos atenção para o fato de a ABNT de 2018 não exigir a inclusão do tracejado em substituição ao nome de autor(a) repetido na lista de referências. Consequentemente, as autoras e os autores da *Faces da História* devem seguir o exemplo demonstrado com as obras de Sérgio Buarque de Holanda.

Capítulos de livros:

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p.183-191.

Capítulo de livros quando o organizador também é o autor:

REMOND, René. Do político. In: REMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-454.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Ela vai cair: o fim da monarquia no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel (orgs.). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia de Letras, 2015a, p. 291-317.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel (org.). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia de Letras, 2015b, p. 351-363.

Dissertações e Teses:

PAPA, Helena Amália. *Cristianismo Ortodoxo versus Cristianismo Heterodoxo: uma análise político-religiosa da contenda entre Basílio de Cesaréia e Eunômio de Cizico (séc. IV d.C.)*. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

Artigos de periódicos:

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jan./jun. 1992.

Trabalhos de congresso ou similar (publicado):

MARIN, Alda Junqueira. Educação continuada: sair do formalismo? *In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES*, 1, 1990, São Paulo. Anais. São Paulo: UNESP, 1990. p. 114-118.

Periódicos:

O Estado de São Paulo. São Paulo: n. 301, 02 nov. 1953.

Manuscritos/documentos em arquivos e bibliotecas (do geral, específico e por autor):

COLEÇÃO Círculo Operário de Assis, 1958-1978. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP). Assis, São Paulo, Brasil.

CARTA encaminhando um extrato do Ato do Parlamento que regula o comércio de vinho portugueses, principalmente quanto às taxas. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Manuscritos, I-29, 17, 21 n. 27-29.

MARINHO, Joaquim Saldanha. Carta a Salvador de Mendonça informando sobre a crise ministerial, a Guerra do Paraguai, e referindo-se à futura vitória dos liberais no Parlamento. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Manuscritos, I-04, 19, 047.

Conteúdo digital:

Após referência adicionar a informação da origem do material e data de acesso:

Disponível em: enderecoeletronico. Acesso em: 24 jul. 2018.

A data deve exibir os meses abreviados: jan.; fev.; mar.; abr.; maio; jun.; jul.; ago.; set.; out.; nov.; dez.

Documento audiovisual:

TERRA em transe. Direção de Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Produções Cinematográficas, 1967. 1 DVD (105 min.).

(quando necessário, acrescentar elementos complementares a referência para melhor identificar o documento. Ex: disponibilidade online, intérpretes, roteiro.)

Entrevista:

Maria da Silva. Entrevista concedida a João dos Santos. Assis - SP, 20 fev. 2000.

Legislação:

BRASIL. Ministério da Justiça. *Programa nacional de direitos humanos*. Brasília, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*. 4. ed.atual. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

Obras Clássicas:

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes; organização, apresentação e notas de João Angelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014.

Verbete:

MODERNISMO. *In*: MOISÉS, Massaud. Modernismo. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1988, p. 40.

Para demais referências, consultar a ABNT.